

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 DE 28/02/2024

OBJETO: CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL.

AUTORIA: MESA DIRETORA DA CÂMARA

RELATOR CLJR: MARCELO DE FREITAS DOS REIS

I - PARECER

O projeto trata da revisão geral anual, disposta no art. 37, X da Constituição Federal, para os servidores públicos municipais, pertencentes aos quadros Poder Legislativo.

II – COMPETÊNCIA, TRAMITAÇÃO E QUORUM

O projeto analisado é de competência municipal em face do que dispõe o art. 30 c/c art. 37 inciso X da Constituição Federal, c/c art. 24, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 82 inciso X da Lei Orgânica Municipal.

Veja que no mencionado inciso X do art. 37 da Constituição Federal, consta sobre a remuneração dos servidores públicos, vejamos:

Art. 37 (...) X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Prosseguindo, a Lei Complementar Municipal nº 37/2008, assim dispõe:

Art. 20- Remuneração é a retribuição correspondente à soma dos vencimentos com os adicionais e demais vantagens a que o Servidor tem direito.

§ 1º A remuneração dos servidores da Câmara Municipal somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão geral anual, que ocorrerá sempre em 1º de janeiro de cada ano.

A data-base foi estipulada através de lei complementar em 1º (primeiro) de janeiro de cada, acompanhando a data de reajuste dos servidores do Poder Executivo, sempre fixada para o mesmo período. Por tal razão, existe a previsão de retroatividade à janeiro do corrente ano.

Foi apresentado o estudo de impacto orçamentário, elaborado pela assessoria contábil da casa, afirmando que a somatória não extrapola os 70% da receita da Câmara Municipal, conforme dispõe no art. 29-A, § 1º da CF, e nem os 7% da receita tributária e das transferências do município de Carmópolis de Minas.

A discussão e votação do presente projeto, deverá ocorrer em dois turnos conforme art. 132 do Regimento Interno.

Para aprovação, necessita de votos da maioria absoluta, leia-se 6 votos, conforme art. 46 da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 02/2024, que “ *Concede a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas.*” podendo o mesmo tramitar em seu formato original

Carmópolis de Minas, 07 de março de 2024.

Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara
Presidente

Ver. Marcelo de Freitas dos Reis
Relator

Ver. José Laércio da Silveira
2º Secretário